

Município de São Bernardo do Campo

**Secretaria de Meio Ambiente e Proteção
Animal**

Relatório de Planejamento Estratégico de Políticas Públicas

2024

1. Introdução

A presente avaliação visa analisar de forma abrangente e criteriosa os programas e ações desenvolvidos pela Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal da Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo, com o intuito de compreender sua eficácia, eficiência e impacto socioambiental. A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal do Município de São Bernardo do Campo tem, entre suas competências principais, a atribuição de coordenar a implantação da política de meio ambiente no município; coordenar e controlar o processo de licenciamento ambiental; monitorar a qualidade ambiental; avaliar os impactos ambientais; efetuar fiscalização ambiental; promover a educação ambiental nos termos da lei da política municipal de educação ambiental; celebrar convênios relacionados à implantação de projetos ambientais; cumprir o disposto na lei orgânica do município naquilo que lhe compete; entre outras.

2. Diagnóstico

Para melhor compreensão de como se deu a elaboração do planejamento das ações de política pública de meio ambiente para o presente momento, é necessário situar a narrativa no tempo, consignando que as ações e projetos ambientais para o quadriênio foram formalizados quando da elaboração do PPA 2022-2025, em meados de 2021.

A política pública foi fruto de diagnóstico realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal em diversas frentes, absorvendo dados trazidos através: 1- dos representantes do Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA - órgão colegiado que compõe a estrutura da Pasta; 2- vistorias em campo para as atividades de licenciamento e fiscalização; 3- demandas trazidas via ouvidoria; 4- depoimentos dos munícipes colhidos via “Governar com Você” e atividades realizadas pela Secretaria; 5- obrigações decorrente de leis. Não obstante, o diagnóstico levou em consideração a análise do Painel Estatístico de 2021, ano base 2020 do Município de São Bernardo do Campo¹.

O Painel Estatístico desempenhou papel crucial na elaboração de programas orçamentários por várias razões:

1. Visão Abrangente: reúne uma variedade de dados relevantes em um único local, proporcionando uma compreensão completa do contexto ambiental, incluindo aspectos geográficos, hidrográficos, da vegetação, do relevo, ecológicos e climáticos.

2. Identificação de Tendências: permite identificar tendências e padrões ao longo do tempo, auxiliando na previsão de futuras necessidades e demandas ambientais/climáticas, como mudanças do clima, desmatamento e níveis de poluição.

3. Tomada de Decisão Embasada: facilita a tomada de decisões informadas, reduzindo a probabilidade de escolhas arbitrárias e aumentando a eficácia dos projetos/ações desenvolvidos ou em planejamento.

¹ Disponível em

<https://www.saobernardo.sp.gov.br/documents/10181/1347281/CAPITULO+01+GEOGRAFIA+E+MEIO+AMBIENTE+SBC+2021.pdf/65a7dd77-be21-6440-df36-cb2a7d88f7f8>

4. Identificação de Prioridades: destaca áreas que requerem atenção especial ou investimento prioritário, como áreas de pressão antrópica, documentações emitidas pelas atividades de licenciamento e fiscalização ambiental, cobertura vegetal nativa e áreas arborizadas no município, poluição de cursos hídricos e áreas adjacentes.

5. Avaliação de Desempenho: permite avaliar o desempenho das ações e projetos ambientais implementados, comparando resultados com a realidade anterior à implantação da ação/projeto/atividade, como a percepção de maior consciência ambiental e da necessidade de participação da coleta seletiva pelos munícipes.

6. Transparência e Prestação de Contas: através do Portal da Transparência de SBC (link: <https://www.saobernardo.sp.gov.br/web/transparencia>) promove a transparência governamental, permitindo que os cidadãos avaliem como os recursos são alocados em projetos ambientais e se os programas alcançam os resultados esperados em termos de preservação e sustentabilidade.

Ademais, as visitas em campo durante a fiscalização (SMA-204 e GFI) e a realização de atividades com o público geral (SMA-1 e SMA-2), bem como as ações de educação ambiental (SMA-101 e SMA-2) revelam as demandas específicas de cada bairro, o que possibilita que a Pasta elabore projetos com atuação focada.

É importante ressaltar que esta Secretaria possui um Conselho Municipal de Meio Ambiente, que conta com representações diversas, trazendo à tona as necessidades e prioridades ambientais da comunidade, contribuindo, portanto, para o direcionamento de ações e projetos elaborados, desenvolvidos e executados pela Pasta.

2.1. Definição do Programa e Ações

Ante às demandas coletadas junto à população, pelas vistorias, fiscalizações e identificadas pela análise das informações do Painel Estatístico, foi elaborado o seguinte programa:

Número do Programa:	0017		
Descrição:	Gestão Cidadã do Meio Ambiente		
Objetivo:	Gerenciar as questões ambientais no município com a construção e o estímulo de uma cultura de preservação ambiental para atingir os objetivos de proteção e controle ambiental, promovendo níveis crescentes de salubridade do meio ambiente		
Justificativa:	Visando um meio ambiente cada vez mais sustentável, o gerenciamento e controle das ações a serem desenvolvidas se fazem necessárias para atingir o equilíbrio do desenvolvimento social e econômico da população a fim de sensibilizá-la na importância do seu papel de cidadão nas questões ambientais.		
Metas / Indicadores no Exercício			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Atividades de educação ambiental a implantar	Número	62,00	67,00
CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO:	R\$ 5.235.000,00		

Fonte: LDO 2024

2.2. Análise SWOT (FOFA):

- **Forças:**

- Base de dados abrangente: O Painel Estatístico oferece uma visão detalhada do contexto ambiental do município, facilitando decisões bem embasadas.
- Apoio da comunidade: O envolvimento dos cidadãos por meio do Conselho Municipal de Meio Ambiente e iniciativas como “Governar com Você” fortalece a representatividade das demandas ambientais.
- Fiscalização ativa: Vistorias em campo e atividades de fiscalização permitem o monitoramento contínuo das questões ambientais.
- Transparência: O Portal da Transparência possibilita que a população acompanhe a alocação de recursos e a eficácia dos projetos ambientais.
- Educação ambiental: Ações educativas promovem maior conscientização e engajamento da comunidade na preservação do meio ambiente.

- **Oportunidades:**

- Expansão da participação comunitária: Fortalecer mecanismos de diálogo com a população pode aprimorar o desenvolvimento de políticas públicas ambientais.
- Uso de tecnologia: Soluções como sensores ambientais e inteligência artificial podem melhorar o monitoramento e a tomada de decisão.
- Parcerias estratégicas: Colaborações com ONGs, universidades e empresas podem trazer mais recursos e expertise para os projetos ambientais.
- Captação de novos investimentos: Editais e programas de financiamento podem ampliar o orçamento destinado à sustentabilidade.
- Expansão da coleta seletiva: Sensibilizar a população e melhorar a infraestrutura pode aumentar a adesão à reciclagem e reduzir impactos ambientais.

- **Fraquezas:**

- Dependência de dados históricos: O Painel Estatístico, apesar de fundamental, pode não captar mudanças rápidas na realidade ambiental do município.
- Engajamento variável da população: Nem todos os munícipes participam ativamente dos programas, o que pode comprometer a implementação de algumas iniciativas.
- Possível limitação de recursos: A execução eficiente dos projetos pode depender do orçamento disponível e da priorização de investimentos.
- Desafios na fiscalização: Apesar das vistorias em campo, há dificuldades em garantir o cumprimento das normas ambientais em todas as áreas do município.

- **Ameaças:**

- Pressão antrópica: Expansão urbana desordenada pode comprometer a qualidade ambiental e aumentar a degradação.

- Mudanças climáticas: Impactos como ondas de calor e eventos extremos podem demandar adaptações urgentes nas políticas ambientais.
- Conflitos de interesse: Setores econômicos podem resistir a determinadas políticas ambientais por impacto financeiro.
- Desafios na execução: Burocracias e entraves administrativos podem dificultar a implementação eficiente dos programas.

2.3. Ações previstas

- Atividades a serem realizadas:
 - **Projeto para a contratação de empresa especializada na implementação de um hectare (10.000 m²) demonstrativo de Sistemas Agroflorestais (SAFs)** em cada uma das aldeias do município: Kuaray Rexakã, Guyrapaju e Nhamandú-Mirim, na Terra Indígena Tenondé Porã (PC 673/2023).
 - Esse projeto foi desenvolvido devido à constatação da insegurança alimentar dos povos indígenas em São Bernardo do Campo. A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal buscou recursos junto ao Programa ReflorestaSP, tendo o financiamento aprovado;
 - Iniciadas as visitas às aldeias, bem como a entrega do Plano de Trabalho pela empresa contratada.
 - **Projeto Teatro Socioambiental**, onde serão desenvolvidas 6 peças teatrais com temas socioambientais. Ao todo, serão 20 apresentações de 40 minutos de duração, realizadas em espaços públicos, eventos e outras atividades da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Educação, em bairros de São Bernardo do Campo, incluindo o Pós-Balsa (PC 1474/2023).
 - O projeto visa despertar a curiosidade sobre temas socioambientais, sensibilizar a população sobre a importância dos cuidados com o meio ambiente e

incentivar mudanças de comportamento positivas em relação ao meio ambiente.

- Realização de reunião inicial do projeto.

- Previsão de projetos a serem assinados:

- **Projeto de Mapeamento** (PC 916/2023): Desenvolvido para aumentar a variedade de material e melhorar a qualidade dos dados geoespaciais disponíveis no banco de dados corporativo da PMSBC, este projeto envolve o mapeamento do uso e ocupação do solo, estágio de sucessão da vegetação, temperatura aparente da superfície, ilhas de calor, isotermas, evolução da cobertura vegetal, expansão urbana, áreas legalmente protegidas, hidrografia, e entrega de arquivos contendo os metadados dos produtos gerados e relatório técnico de memória do projeto.
- **Plano Municipal de Mata Atlântica** (PC 917/2023): Visa a identificação de áreas do Bioma Mata Atlântica para embasar políticas públicas de conservação e recuperação. O projeto inclui a elaboração de um diagnóstico da situação atual da Mata Atlântica no município, subsidiando o planejamento para atingir objetivos específicos.
- **Projeto de Revitalização de Nascentes** (PC 918/2023): Focado na recuperação e ordenamento socioambiental dos bairros de São Bernardo do Campo, com o objetivo de reduzir a poluição difusa causada por assentamentos irregulares na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Represa Billings. O estudo de recuperação abrangerá 11 nascentes localizadas em áreas públicas do município, incluindo planejamento das ações, relatório de vistoria preliminar e projetos executivos de recuperação.
- **Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU)** (PC 919/2023): Abrangerá toda a área urbana do município (aproximadamente 119 km²) e incluirá levantamentos e

proposições no documento, como diagnóstico por inventário quantitativo, levantamento da cobertura arbórea, incluindo passeios públicos, áreas verdes de acompanhamento viário, fragmentos florestais, matas ciliares e demais áreas protegidas, loteamentos fechados, áreas particulares e espaços livres urbanos. Também incluirá diretrizes para a produção de mudas, plantios, podas, remoções de árvores quando necessário.

- **Projeto de Educação Ambiental Formal (PC 956/2023):** Fornecerá aos coordenadores pedagógicos da rede municipal de ensino e aos professores do 3º ano do ensino fundamental uma palestra de abertura ("Afeto pelo meio ambiente"), um curso online ("Limites e perspectivas da educação ambiental crítica nos currículos da educação básica") com 15 vivências com a natureza, e um curso online ("Educação Ambiental nas Escolas") com 20 vivências com a natureza, além de serviços de café, cobertura de foto/filmagem, um documentário e uma palestra de encerramento ("Educação ambiental transpessoal").
- **Programa de Educação Ambiental Não-formal - Oficinas Comunitárias de Educação Ambiental nos Bairros (PC 957/2023):** Envolverá a realização de oficinas comunitárias de educação ambiental em bairros de São Bernardo do Campo para fortalecer as comunidades e sensibilizar, informar e formar seus moradores. O projeto prevê visitas técnicas para identificar potencialidades e fragilidades no bairro, divulgação das oficinas, realização de inscrições, cinco oficinas em cada bairro, serviço de foto/filmagem, filme documentário, um palestrante para seminário e serviço de café.
- **Documentário para Sensibilização sobre Coleta Seletiva e Cooperativas (PC 1810/2023):** Proposta de contratação de empresa para elaboração de filme e minifilmes sobre a gestão de resíduos sólidos urbanos no município. Serão produzidos

um documentário de 20 minutos, um documentário de 5 minutos e 10 minifilmes de 20 segundos a 1 minuto, que serão exibidos em espaços públicos municipais em diferentes bairros, incluindo a região do Pós-Balsa.

Também, ressalta-se que está em fase de elaboração de edital o projeto para a elaboração do **Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Estoril** (PC 3084/2023). O Parque foi declarado uma Unidade de Conservação de Proteção Integral pelo Decreto nº 18.684 de 2013. O Plano de Manejo será elaborado avaliando as potencialidades e vulnerabilidades socioambientais do local, permitindo a sistematização de ações e atividades de uso sustentável compatíveis com a preservação ambiental e melhoria dos recursos naturais disponíveis à população. O projeto conta com financiamento do FEHIDRO e está em fase de elaboração de edital.

- Projetos em fase de elaboração e/ou planejamento:
 - **Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Está em fase de elaboração um projeto para a realização de um inventário de GEE no município. Esse inventário permitirá uma avaliação detalhada das emissões de gases responsáveis pelo aquecimento global provenientes das diversas atividades e setores dentro da cidade. O projeto visa identificar as principais fontes de emissões, quantificar os níveis de gases de efeito estufa e fornecer uma base sólida para o desenvolvimento de estratégias eficazes de mitigação. Os resultados serão fundamentais para a definição de políticas públicas voltadas à redução das emissões, contribuindo para o cumprimento das metas climáticas e o fortalecimento das iniciativas de sustentabilidade no município.
 - **Educação Ambiental e Estímulo à Percepção Ambiental no Parque Natural Municipal Estoril e no Zoológico de Estoril:** Está prevista a contratação de uma empresa para a realização de atividades de educação ambiental e estímulo à percepção

ambiental no Parque Natural Municipal Estoril e no Zoológico de Estoril. O projeto visa promover a conscientização sobre a importância da conservação dos recursos naturais e a proteção da biodiversidade local. As atividades incluem visitas guiadas para diferentes públicos, como escolas e visitantes, com o objetivo de engajar a comunidade e fortalecer a relação entre o público e os espaços naturais e a fauna que habitam esses locais.

- **Chamamento Público para Apoio à Agricultura Familiar na Região Pós-Balsa:** A Secretaria está desenvolvendo um Chamamento Público para apoio à agricultura familiar na região conhecida como Pós-Balsa, uma iniciativa sugerida por moradores durante vistorias na área. O Chamamento buscará OSCIPs interessadas em fomentar a agricultura sustentável nas áreas rurais do município, com foco na região do Pós-Balsa. O objetivo é oferecer insumos básicos, mudas, sementes e ferramentas para iniciar a produção. A agricultura sustentável promove um senso de pertencimento e contribui para ganhos ambientais. Está prevista a realização de uma reunião pública com os moradores para avaliar a viabilidade do projeto. Ademais, está sendo aventada a possibilidade de, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), ofertar à população cursos de cultivo de cogumelos.
- **Mapa Interativo da Fauna Silvestre do Município:** Ação com grande repercussão resultou no início da elaboração de um Mapa Interativo da Fauna Silvestre de São Bernardo do Campo. O projeto visa realizar um inventário colaborativo da fauna silvestre, com a participação dos munícipes, para identificar e monitorar a ocorrência de espécies silvestres no ambiente urbano. A iniciativa auxiliará no planejamento de ações de conservação da biodiversidade e educação ambiental. Será desenvolvido em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI-SA) e poderá

ser inserido no aplicativo “SBC na Palma da Mão” (MO 3787/2024).

- **Fluxograma de Atendimento à Fauna:** Foi estabelecido um grupo de trabalho para a criação de um fluxograma de atendimento à fauna encontrada no município, composto por diversas secretarias. O propósito é elaborar um fluxograma e um manual unificado de procedimentos com diretrizes claras e efetivas para o atendimento de demandas municipais relativas a animais provenientes de apreensão, acidentes, interação humano-fauna, entre outros (SB 12494/2024).
- **Censo de Animais Domésticos:** Como resultado das discussões do grupo de trabalho para o fluxograma, também foi iniciado o desenvolvimento de um projeto para a realização de um Censo de Animais Domésticos.

3. Análise das alternativas

Das ações listadas, identificaram-se possíveis obstáculos de natureza orçamentária e logística, de modo que a elaboração de análise de alternativas faz-se necessária.

Do ponto de vista orçamentário, para as ações que envolvem contratações, foi realizada ação preparatória de planejamento orçamentário na figura da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o ano vigente. Constatou-se que a previsão orçamentária garante a efetivação das ações no tempo previsto e com o resultado esperado. O Fundo Municipal de Meio Ambiente serve também como um instrumento de salvaguarda financeira para esses contratos, uma vez que o recurso disponível só pode ser utilizado para ações de planejamento e gestão ambiental.

Em relação ao aspecto logístico, a quantidade de veículos disponíveis para transporte de equipe para realização de ações de educação ambiental e vistorias técnicas é um fator de preocupação. Como alternativa, a prefeitura de São Bernardo do Campo realizou uma parceria com a empresa 99, de transportes, de modo que os técnicos podem utilizar desse serviço de modo subsidiado pela prefeitura, a fim de não impedir a realização e andamento dos projetos em andamento.

Destaca-se também o mecanismo de compensação ambiental como alternativa para suprir desafios de diversos níveis, tal como serviços e materiais utilizados pela Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal.

Para as atividades a serem realizadas, indicadas no item 2.3, aprofundou-se a análise de alternativas:

- **Projeto para a contratação de empresa especializada na implementação de um hectare (10.000 m²) demonstrativo de Sistemas Agroflorestais (SAFs):**

Alternativa 1 – Contratação Exclusiva de Empresa Especializada: Nesta alternativa, mantém-se o modelo atual, no qual a execução dos sistemas agroflorestais é realizada integralmente por uma empresa experiente.

- **Vantagens:**

- Execução Técnica Imediata: A expertise da empresa garante uma implantação rápida e de alta qualidade técnica.
- Processo Simplificado: Com um único responsável pela execução, a coordenação interna tende a ser mais direta e célere.

- **Limitações:**

- Transferência Limitada de Conhecimento: Pode reduzir as oportunidades para que as comunidades desenvolvam habilidades próprias na manutenção dos SAFs.
- Dependência Externa: A continuidade dos sistemas pode ficar comprometida se não houver um mecanismo de capacitação das comunidades indígenas.

Alternativa 2 – Modelo Híbrido: Contratação Especializada com Componente de Capacitação: Esta opção alia a contratação da empresa para a implantação dos SAFs com um programa concomitante de capacitação técnica voltado para os povos indígenas, envolvendo parcerias com universidades, ONGs ou órgãos especializados.

- **Vantagens:**

- Transferência de Tecnologia: A presença de um componente de treinamento facilita o empoderamento das comunidades, promovendo autonomia na manutenção dos sistemas.
- Sustentabilidade a Longo Prazo: Ao capacitar os povos indígenas, o projeto ganha em resiliência, reduzindo a dependência exclusiva do parceiro externo.

- **Limitações:**

- Coordenação Complexa: A articulação entre a empresa contratada e os responsáveis pelo treinamento demanda um planejamento integrado e eficaz.

- Cronograma Alargado: A inclusão das atividades de capacitação pode estender o prazo para o total aproveitamento dos benefícios do projeto.

Alternativa 3 – Implementação Piloto com Expansão Gradual: Nesta abordagem, o projeto seria inicialmente implantado numa das aldeias ou em um número reduzido delas, como piloto, para testar a metodologia e realizar ajustes antes de expandir para todas as comunidades.

- **Vantagens:**

- Ajuste Metodológico: Permite identificar e corrigir eventuais falhas, adaptando a implantação às especificidades culturais e ambientais de cada aldeia.
- Redução de Riscos: A experiência adquirida com o piloto pode diminuir riscos operacionais e financeiros na replicação do projeto.

- **Limitações:**

- Benefícios Gradativos: Apenas a aldeia escolhida para o piloto obterá os benefícios imediatos, o que pode atrasar a solução para as demais comunidades.
- Planejamento Detalhado Necessário: A replicação do modelo piloto requer um planejamento rigoroso para garantir a adequação e eficiência nos demais contextos.

A contratação exclusiva garante rapidez e alta qualidade técnica, mas minimiza a transferência de conhecimento para as comunidades. O modelo híbrido equilibra eficiência na execução com a capacitação dos povos indígenas, promovendo maior sustentabilidade a longo prazo. Já a implementação piloto oferece a oportunidade de ajustar a metodologia, embora implique uma liberação mais gradual dos benefícios.

Para atingir tanto a eficácia imediata quanto a sustentabilidade futura, recomenda-se a adoção do modelo híbrido, que possibilita uma implantação técnica de qualidade por meio da empresa especializada, simultaneamente à promoção da capacitação e empoderamento dos povos indígenas. Essa estratégia garante não somente a implementação dos sistemas agroflorestais, mas também o fortalecimento das

comunidades para a manutenção e evolução dos SAFs, contribuindo decisivamente para a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da região.

- **Projeto Teatro Socioambiental**

Alternativa 1 - Teatro Participativo Comunitário: Nesta alternativa, o projeto seria desenvolvido junto à comunidade de São Bernardo do Campo, integrando moradores, atores locais e representantes comunitários na produção e nas apresentações das seis peças. As atividades seriam dedicadas não apenas à apresentação dos espetáculos em espaços públicos, mas também a oficinas e diálogos participativos que incentivem a criação conjunta de conteúdos que refletem as particularidades socioambientais de cada bairro.

- **Vantagens:**

- Engajamento profundo: A participação ativa dos moradores pode aumentar o senso de pertencimento e estimular a mudança de comportamento, pois as histórias e desafios locais são diretamente discutidos e representados.
- Conteúdo contextualizado: O processo colaborativo possibilita que os temas tenham maior relevância e adaptação às especificidades de cada comunidade.
- Desenvolvimento local: Estimula a capacitação em arte, cultura e cidadania, fortalecendo a rede comunitária.

- **Desvantagens:**

- Complexidade organizacional: Requer planejamento detalhado para integrar diferentes perfis (artistas profissionais e não-profissionais) e a coordenação de oficinas, ensaios e apresentações.
- Tempo e recursos: Pode demandar um investimento maior de tempo na fase de preparação e treinamento dos participantes, afetando o cronograma do projeto.
- Variabilidade na qualidade: A participação aberta pode resultar em apresentações com qualidade variável,

exigindo um controle cuidadoso dos processos de produção.

Alternativa 2 - Programa Integrado de Teatro e Educação: Nesta opção, o projeto não se limita apenas às apresentações teatrais, mas se torna uma plataforma de ações educativas. As peças serviriam como ponto de partida para debates, oficinas e rodas de conversa vinculadas à temática socioambiental, realizadas em parceria com as Secretarias de Meio Ambiente e Educação. A estratégia incluiria momentos de reflexão antes ou após as apresentações, onde especialistas e educadores aprofundariam os temas tratados.

- **Vantagens:**

- Impacto educativo ampliado: A união entre arte e educação pode intensificar a compreensão e a internalização da mensagem socioambiental, atingindo tanto crianças quanto adultos.
- Sinergia institucional: A parceria com as secretarias pode fortalecer a credibilidade e o alcance do projeto, além de oferecer recursos e suporte técnico.
- Estimula a mudança de comportamento: A combinação de apresentações teatrais com atividades instrutivas pode incentivar uma mudança comportamental mais consistente e duradoura.

- **Desvantagens:**

- Coordenação multifacetada: Integrar atividades culturais e educativas demanda um planejamento bem estruturado e a cooperação de diferentes setores, o que pode aumentar a burocracia e os desafios logísticos.
- Recursos adicionais: Oficinas e debates podem requerer infraestrutura, profissionais e materiais didáticos extras, impactando o orçamento.
- Risco de dispersão: Se não houver uma integração eficiente entre as apresentações e as atividades educativas, o público pode não perceber o potencial

sinérgico da ação, comprometendo o alcance dos objetivos.

Alternativa 3 - Abordagem Híbrida com Componentes Presenciais e Digitais: Proposta de metodologia dual para o projeto: a realização tradicional das 20 apresentações ao vivo, combinada com uma estratégia de ampliação digital. Além dos eventos presenciais, seriam produzidos conteúdos multimídia (vídeos, lives, entrevistas e bastidores) disponibilizados em plataformas digitais e redes sociais. Essa alternativa visa ampliar o alcance e a permanência da mensagem socioambiental, atingindo públicos que não podem comparecer aos eventos e promovendo debates online.

- **Vantagens:**

- Maior alcance: A presença digital permite atingir segmentos do público que consomem conteúdo online, ampliando o impacto do projeto para além dos limites geográficos.
- Engajamento contínuo: A produção de materiais digitais cria oportunidades de interação contínua com o público, que pode acessar e compartilhar os conteúdos a qualquer momento.
- Permanência da mensagem: Conteúdos gravados e interativos possibilitam a disseminação e o reforço dos temas abordados, contribuindo para uma educação ambiental de longo prazo.

- **Desvantagens:**

- Investimento tecnológico: A implementação de uma estratégia digital requer equipamentos, apoio de especialistas em comunicação digital e possíveis parcerias com produtores de conteúdo.
- Risco de fragmentação: Se a integração entre as ações presenciais e digitais não for bem planejada, as mensagens podem ficar dispersas, diluindo o foco central do projeto.

- Exclusão de alguns públicos: Pode haver uma barreira para pessoas com dificuldade de acesso à internet ou pouco hábito no consumo de conteúdo digital, exigindo estratégias adicionais para esses grupos.

Cada uma das alternativas apresenta caminhos distintos para atingir os objetivos do Projeto Teatro Socioambiental: despertar a curiosidade, sensibilizar sobre a importância ambiental e incentivar mudanças de comportamento positivas. A escolha ideal dependerá dos recursos disponíveis, do perfil do público-alvo e da capacidade de gerenciamento das parcerias institucionais. Uma abordagem mista – combinando elementos participativos, educativos e digitais – também pode ser uma opção promissora, permitindo aproveitar os pontos fortes dos três modelos.

4. Desenho Institucionalizado

A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal do Município de São Bernardo do Campo, localizada no estado de São Paulo, Brasil, tem uma história marcada por sua evolução na gestão ambiental e na proteção dos animais. A cidade, conhecida por seu desenvolvimento industrial e crescimento urbano, sentiu a necessidade de criar uma estrutura dedicada à preservação do meio ambiente e ao bem-estar animal.

A criação da secretaria está inserida no contexto das políticas ambientais que ganharam força no Brasil a partir da década de 1980, culminando na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. No início, as questões ambientais em São Bernardo do Campo eram tratadas dentro de outras secretarias, mas com o tempo, a necessidade de um órgão específico tornou-se evidente.

A alteração da estrutura administrativa da Prefeitura, através da Lei Municipal nº 5982/2009, instituiu a Secretaria de Gestão Ambiental (SGA), responsável por coordenar, controlar e avaliar o processo de implantação do licenciamento ambiental no município, bem como por coordenar a implantação da Agenda 21 Local para o desenvolvimento sustentável e promoção da sustentabilidade ambiental nas políticas públicas municipais. Essa secretaria tinha como principal objetivo planejar, coordenar e executar ações que visassem à conservação dos recursos naturais, ao controle da poluição e à promoção da educação ambiental.

Em 2018, com a LM nº 6662/2018, a secretaria passou a incorporar também a proteção animal como uma de suas responsabilidades. Este movimento foi impulsionado pela crescente necessidade de políticas públicas voltadas para a proteção e o bem-estar animal. Assim, a secretaria passou a se chamar Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal, integrando como suas atribuições subsidiar, avaliar e propor políticas públicas de proteção, defesa, bem-estar animal e conservação.

A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo tem desenvolvido uma série de programas e iniciativas ao longo de todos estes anos, tais como:

- Projetos de Arborização Urbana: visando aumentar a cobertura vegetal e melhorar a qualidade do ar.
- Educação Ambiental: através de campanhas e atividades educativas para sensibilizar a população sobre a importância da preservação ambiental.
- Controle e Proteção Animal: implementação de políticas de controle populacional de animais domésticos, programas de adoção e campanhas contra maus-tratos.
- Gestão de Resíduos Sólidos: campanhas de conscientização para adesão à coleta seletiva e ao correto descarte de resíduos para reduzir o impacto ambiental causado por nosso moderno estilo de vida.

A secretaria trabalha em parceria com diversas instituições, órgãos estaduais e federais para potencializar suas ações e garantir um maior alcance e eficácia das suas políticas. Estas colaborações são essenciais para a implementação de programas integrados de preservação ambiental e proteção animal.

Os desafios enfrentados pela secretaria incluem a urbanização crescente, a necessidade de preservação de áreas verdes remanescentes e a gestão de resíduos sólidos. Além disso, a conscientização da população sobre a importância da proteção animal continua sendo uma tarefa contínua.

O futuro da Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo aponta para a necessidade de inovação e adaptação às novas demandas climáticas e sociais, visando sempre o equilíbrio entre desenvolvimento urbano e sustentabilidade.

Em suma, a história da Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo reflete a evolução da conscientização ambiental e da proteção animal no município, destacando-se como exemplo de compromisso com a sustentabilidade e o bem-estar de todas as formas de vida.

4.1. Estrutura Organizacional

A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal tem sua estrutura organizacional definida na Lei Municipal nº 6.662/2018, sendo que para o desempenho de suas funções conta com os seguintes órgãos, conforme art. 606 da referida lei: Serviço de Expediente, Departamento de Gestão Ambiental e Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental.

Ressalta-se que, nos termos do art. 607 da LM nº 6.662/2018, o Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) integra a estrutura da Pasta como órgão de assessoria da Administração Municipal.

Além disso, cada departamento está organizado em quatro unidades técnicas diferentes, com as seguintes denominações:

I - Departamento de Gestão Ambiental (SMA-1):

- a) Seção de Informações e Qualidade Ambiental (SMA-101);
- b) Seção de Programas de Educação Ambiental (SMA-102);
- c) Seção de Projetos Ambientais (SMA-103); e
- d) Seção de Proteção Animal (SMA-104).

II - Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental (SMA-2):

- a) Seção de Licenciamento Ambiental (SMA-201);
- b) Seção de Avaliação de Impacto Ambiental (SMA-202);
- c) Seção de Orientação Técnico-Administrativa (SMA-203); e
- d) Seção de Fiscalização Ambiental (SMA-204).

5. Estruturação da Governança

A governança ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo é fundamentada em princípios essenciais para uma gestão eficaz e participativa. A transparência assegura que as ações e resultados sejam divulgados de forma clara, permitindo que a população acompanhe o impacto das políticas públicas ambientais. A participação social viabiliza o envolvimento ativo da sociedade civil na formulação e no monitoramento dessas políticas, garantindo representatividade e direcionamento das demandas ambientais. A accountability reforça a prestação de contas e a responsabilização pelos atos administrativos, enquanto a eficiência administrativa busca otimizar os recursos e garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos.

A estrutura institucional da governança ambiental é composta por órgãos públicos, instâncias de participação social e mecanismos de fiscalização. A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal é responsável pela formulação, execução e monitoramento das políticas ambientais, contando com apoio da Secretaria de Serviços Urbanos, que gerencia resíduos sólidos e a manutenção urbana, e da Defesa Civil, que atua na prevenção e resposta a desastres ambientais. O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) se destaca como instância consultiva e deliberativa, reunindo representantes do poder público e da sociedade civil para definir prioridades e acompanhar a implementação das políticas ambientais.

Além dos órgãos estruturantes, a governança ambiental conta com departamentos técnicos especializados. O Departamento de Gestão Ambiental atua na qualidade ambiental, educação e projetos ambientais, enquanto o Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental é responsável pelo licenciamento, fiscalização e orientação técnico-administrativa. No âmbito da fiscalização, o Departamento de Fiscalização Ambiental aplica a legislação ambiental municipal, com o apoio da Guarda Civil Municipal Ambiental para proteção de áreas verdes e recursos naturais. O Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria de Meio Ambiente, exerce fiscalização externa, garantindo o cumprimento das normas e a defesa de interesses coletivos.

A participação social é viabilizada por fóruns, audiências públicas e consultas online e presenciais. O Conselho Municipal de Meio Ambiente representa a sociedade civil, o setor público e privado, contribuindo para decisões estratégicas. A plataforma digital de transparência disponibiliza relatórios, indicadores e metas de gestão ambiental, permitindo que a população acompanhe os investimentos e ações realizadas. A prestação de contas é reforçada por auditorias externas e indicadores de avaliação, que monitoram o desempenho das políticas implementadas.

A Secretaria enfrenta desafios como a urbanização acelerada, a preservação de áreas verdes e a gestão de resíduos sólidos. Para fortalecer sua atuação, será essencial ampliar o uso da tecnologia para monitoramento ambiental e transparência pública, estabelecer parcerias estratégicas para desenvolvimento de projetos sustentáveis e implementar mecanismos de governança digital que ampliem a participação popular. Com uma estrutura sólida e mecanismos eficientes, a governança ambiental municipal se consolida como um instrumento fundamental para garantir políticas públicas eficazes e sustentáveis.

6. Monitoramento e Avaliação dos Indicadores das Ações

No mesmo sentido das ações e atividades desenvolvidas no exercício de 2023, as atividades desenvolvidas no exercício de 2024 buscaram sensibilizar e educar a população sobre a importância da preservação ambiental e do bem-estar animal, promovendo práticas sustentáveis e a conscientização ecológica.

Nesse sentido, foram realizadas diversas ações de educação ambiental, incluindo realização de pesquisa de percepção dos munícipes em conjunto com a UNIFESP, minicursos online, palestras, visitas porta-a-porta para o fomento da coleta seletiva, início do projeto de sistema agroflorestais com os indígenas (PC 673/2023) e evento para recebimento de resíduos eletroeletrônicos.

Além disso, através do aprimoramento e conscientização dos munícipes sobre o meio ambiente, busca-se alcançar uma redução no número de infrações ambientais e um aumento na procura de regularização, ou seja, na emissão de documentos de licenciamento.

6.1. Metodologia

A avaliação foi realizada por meio de:

1. **Monitoramento de Atividades:** acompanhamento contínuo das atividades de educação ambiental.
2. **Questionários:** aplicação de questionários de aproveitamento das atividades, e coleta de percepções dos participantes.
3. **Análise de Dados Estatísticos:** internalização das informações prestadas pelos participantes e as possibilidades de atuação dos departamentos.
4. **Vistorias e fiscalização:** percepção dos fiscais da Secretaria sobre os costumes que estão sendo adotados pela população.
5. **Adequação às normativas vigentes:** os projetos e ações estão alinhados com as legislações vigentes de resíduos sólidos, licenciamento, educação ambiental, entre outras como: lei da mata

atlântica (lei 11.428/2006), sistema nacional de Unidades de Conservação da Natureza (lei nº 9.985/2000), Política Municipal de Meio Ambiente (LM nº 6163/2011), Política Municipal de Educação Ambiental (LM nº 6762/2019).

6.2. Resultados dos Indicadores

Como indicador eleito para o programa “Gestão Cidadã do Meio Ambiente”, cuja numeração é 0017, esta Secretaria programou para 2024, o que segue:

Unidade Responsável pelo Programa Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal		Nº 10	
Programa Gestão Cidadã do Meio Ambiente		Nº 0017	
Objetivo Gerenciar as questões ambientais no município com a construção e o estímulo de uma cultura de preservação ambiental para atingir os objetivos de proteção e controle ambiental, promovendo níveis crescentes de salubridade do meio ambiente			
Justificativa Visando um meio ambiente cada vez mais sustentável, o gerenciamento e controle das ações a serem desenvolvidas se fazem necessárias para atingir o equilíbrio do desenvolvimento social e econômico da população afim de sensibilizá-la na importância do seu papel de cidadão nas questões ambientais			
Metas / Indicadores no Exercício			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Atividades de educação ambiental a implantar	Número	62,00	67,00
CUSTO ESTIMADO DO PROGRAMA NO EXERCÍCIO:			R\$ 5.235.000,00



ANEXO DE METAS E PRIORIDADES
ANEXO VI - PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO - LDO
UNIDADES EXECUTORAS E AÇÕES VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL - INICIAL
MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - EXERCÍCIO 2024

Código Unidade Nº	Nome	Função	SubFunção	TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS		Unidade de Medida	Meta Física para o Exercício	Custo Financeiro para o Exercício - R\$
		Nº - Descrição	Nº - Descrição	Nº	Descrição			
Programa nº 0017 - Gestão Cidadã do Meio Ambiente								
100	Gabinete do Secretário de Meio Ambiente e Proteção Animal	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	2067	Promoção e incentivo das políticas regionais ambientais	% da demanda	100,00	65.000,00
101	Departamento de Gestão Ambiental	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	1054	Promover políticas de sustentabilidade	Atividades de educação ambiental	9,00	3.326.000,00
101	Departamento de Gestão Ambiental	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	2068	Promoção de políticas de proteção animal	Campanha de posse e guarda responsável	1,00	1.000,00
101	Departamento de Gestão Ambiental	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	2069	Promover políticas de sustentabilidade	Atividades de educação ambiental	60,00	15.000,00
102	Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental	18-Gestão Ambiental	542-Controlle Ambiental	1055	Licenciamento, avaliação e fiscalização ambiental	Documentos expedidos	1,00	3.000,00
102	Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental	18-Gestão Ambiental	542-Controlle Ambiental	2070	Licenciamento, avaliação e fiscalização ambiental	Documentos expedidos	1,00	50.000,00
103	Fundo Municipal de Meio Ambiente	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	1054	Promover políticas de sustentabilidade	Atividades de educação ambiental	3,00	22.000,00
103	Fundo Municipal de Meio Ambiente	18-Gestão Ambiental	542-Controlle Ambiental	1055	Licenciamento, avaliação e fiscalização ambiental	Documentos expedidos	2,00	82.000,00
103	Fundo Municipal de Meio Ambiente	18-Gestão Ambiental	541-Preservação e Conservação Ambiental	2069	Promover políticas de sustentabilidade	Atividades de educação ambiental	40,00	442.000,00
103	Fundo Municipal de Meio Ambiente	18-Gestão Ambiental	542-Controlle Ambiental	2070	Licenciamento, avaliação e fiscalização ambiental	Documentos expedidos	2.225,00	1.229.000,00

6.3. Resultados dos Indicadores

6.3.1. Alcance e Participação

- **Número de Participantes:** As atividades de educação ambiental alcançaram mais de 6.023 participantes, incluindo estudantes, professores, líderes comunitários e cidadãos em geral.
- **Diversidade do Público:** A participação incluiu uma ampla faixa etária e diversos grupos sociais, garantindo uma representatividade significativa da população de São Bernardo do Campo.

6.3.2. Impacto Educacional

- **Aumento do Conhecimento:** Houve um aumento significativo no nível de conhecimento dos participantes sobre temas ambientais, sendo que, conforme depreende-se dos relatórios elaborados pela equipe de Educação Ambiental em relação aos minicursos e outras atividades realizadas, cerca de 95,1% dos participantes do minicurso dizem que este atendeu às expectativas.

Ressalta-se também, que em 2024, em decorrência do Convênio firmado com a UNIFESP realizou-se pesquisa de Percepção dos

moradores de São Bernardo do Campo sobre o bairro onde residem, que tem como título “Cartografia simbólica da educação ambiental e meio ambiente entre munícipes de São Bernardo do Campo: uma reflexão sobre topofilia”. Para fins de divulgação, tendo como objetivo utilizar linguagem simples, adotou-se a chamada “Meio ambiente e você: como está o meio ambiente no seu bairro?”.

Os dados estão sendo compilados pela equipe da Secretaria de meio Ambiente e Proteção Animal, para utilização no desenvolvimento de ações e políticas públicas, que busquem aprimorar o conhecimento da população sobre o Meio Ambiente.

- **Mudança de Comportamento:** Os dados coletados indicam uma mudança positiva de comportamento em relação às práticas ambientais. Em especial, cita-se o exemplo da Coleta Seletiva, iniciada em março de 2023, no município de São Bernardo do Campo que, após a realização de massiva campanha de educação ambiental apresentou uma expressiva mudança no comportamento dos munícipes.

Também, desde o início do projeto foram revitalizados 39 pontos de descarte irregular de resíduos, sendo que em muitos não houve reincidência.

Ademais, cerca de 91,8% dos participantes do minicurso relataram que vão modificar hábitos e ações no dia-a-dia por práticas sustentáveis em suas rotinas.

6.3.3. Feedback dos Participantes

- **Satisfação:** A maioria dos participantes avaliaram os minicursos como "ótimas" ou "boas". Assim como nas atividades de educação ambiental presenciais e aquelas realizadas porta-a-porta, via campanha de Coleta Seletiva.
- **Recomendações:** Muitos participantes sugeriram a continuidade e expansão das atividades, destacando a importância da educação ambiental para a formação de uma consciência ambiental sólida.

6.3.4. Desempenho das Atividades

- **Qualidade das Atividades:** As atividades externas e voltadas ao público foram bem avaliadas em termos de conteúdo, metodologia e dinâmica, proporcionando um ambiente de aprendizado interativo e eficaz. Em especial, os minicursos online e as atividades realizadas advindas do Convênio firmado com a UNIFESP.
- **Atividades internas e projetos:** Foram realizadas ao menos 22 atividades de educação ambiental e conscientização voltadas ao público externo e aos munícipes. Entre elas, destaca-se a ação de coleta de resíduos eletroeletrônicos, realizada em parceria com a Associação Brasileira de Reciclagem de Eletroeletrônicos e Eletrodomésticos (ABREE), a qual teve grande adesão por parte dos munícipes, resultando em cerca de 3.000 kg de lixo eletrônico corretamente descartado.

De outro norte, em 2024, a Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal, assim como as demais secretarias municipais, esteve intensamente envolvida na revisão do Plano Diretor. Sob a coordenação da Secretaria de Obras e Planejamento Estratégico, o objetivo principal foi orientar o desenvolvimento e o crescimento sustentável da cidade para os próximos anos.

A revisão do Plano Diretor é crucial para a construção de uma cidade mais inclusiva e sustentável, abrangendo áreas essenciais como mobilidade urbana, habitação, saúde, geração de empregos, meio ambiente, entre outras. A medida visa, de forma geral, melhorar a qualidade de vida da população ao propor caminhos que alinhem as ações do poder público e da iniciativa privada, garantindo que o planejamento urbano atenda às necessidades coletivas.

A Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal participou ativamente das oficinas, workshops e audiências públicas que integraram o processo de revisão do Plano Diretor (Lei Municipal nº 6.184/11). Durante essas etapas, a Secretaria apresentou suas ideias

e trouxe as contribuições da população, destacando solicitações para a melhoria do meio urbano, como a criação de mais espaços arborizados, a ampliação e melhoria da permeabilidade do solo para evitar enchentes e alagamentos, e a garantia de que a expansão das áreas urbanas não prejudique as áreas de preservação e conservação localizadas em regiões de mananciais.

- **Acordos e contratações que viabilizam o licenciamento e avaliação ambiental:** Esta secretaria possui contratos para que seja viabilizada as atividades de fiscalização e licenciamento quais sejam:
 - Contrato de prestação de serviços de suporte na utilização do sistema de integração ambiental (SIA), manutenção corretiva e evolutiva do software e desenvolvimento específico (customizações) para a secretaria de meio ambiente e proteção animal (PC 1742/2022);
 - Contrato de prestação de serviços aéreos em helicóptero para monitoramento e fiscalização ambiental (PC 921/2023);
 - Contrato de prestação de serviços de locação de veículos novos ou seminovos para as atividades de fiscalização e licenciamento (PC 1711/2022);
- **Colaboração Interinstitucional:** Houve uma colaboração efetiva entre escolas, ONGs, empresas e outras entidades, fortalecendo a rede de apoio à educação ambiental. Ainda, ressalta-se os seguintes ajustes entre atores não-governamentais e esta Secretaria:
 - Acordo de Cooperação, sem transferência de recursos, com a Fundação Kunita Miyasaka, para coordenação técnica do Parque Ecológico Imigrantes (SB 35540/2024), objetivando o desenvolvimento de ações conjuntas de conservação de biodiversidade da Mata Atlântica nas áreas que especifica, voltadas às atividades de educação ambiental e visitação pública.
 - Acordo de Cooperação, sem transferência de recursos, com a UNIFESP (SB 73.574/2020), objetivando o desenvolvimento de

ações conjuntas voltadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de educação ambiental.

- Acordo de Cooperação 01/2019 –SMA-GP, com o Instituto Triângulo de Desenvolvimento Sustentável (SB 3264/2022), objetivando o desenvolvimento de programas de cooperação referentes à ação de coleta, acondicionamento, transporte e destinação de óleo de cozinha usado. A partir do segundo quadrimestre de 2023, vêm sendo empreendidos esforços por esta Pasta para renovar o acordo de cooperação, quer seja com o instituto triângulo ou com outra OSCIP, inclusive com a Publicação do Edital nº 01/2023 (SB 124862/2023).
- Termo de Convênio com a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística para conjugação de esforços entre os partícipes visando à estruturação de Fiscalização Integrada – GFI (SB 36589/2022).
- Termos de colaboração 01/2023 e 02/2023, com transferência de recursos, com as cooperativas Reluz e Cooperluz (SB 130.852/2023 e SB 130.846/2023), respectivamente, para transferência de recursos para remuneração das cooperativas de catadores de materiais recicláveis pelo serviço prestado (PSA) nos termos nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014, Lei Federal nº 14.119/2021, da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 12.305/2010, da Lei Municipal nº 6.697/2018, do Decreto Municipal nº 20.113/2017 e da Lei Municipal nº 7236/2023.
- Parceria com a OAB-SBC para a realização de um ciclo de palestras, abordando quatro macrotemas distintos, em que Secretaria é responsável pela criação da arte e pelo convite aos palestrantes, enquanto a OAB/SBC cuida da divulgação e publicidade, garantindo o sucesso e a ampla participação.

Em 27/03/2024, ocorreu o ciclo de palestras sobre água e saneamento, conforme a arte apresentada a seguir:



- **Conselho Municipal de Meio Ambiente:** O Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA), conforme estabelecido nos artigos 40 e 607 da Lei Municipal nº 6.662, de 19 de abril de 2018, integra a Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal como um órgão de deliberação coletiva. Com uma composição que assegura ampla representatividade da Sociedade Civil, nos termos da Lei nº 6.807/2019, o CMMA garante que as diversas demandas da população sejam encaminhadas à Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal, contribuindo para a efetiva participação da comunidade nas questões ambientais do município.

No primeiro quadrimestre de 2024, foi realizada a nomeação de uma nova composição do CMMA.

É importante destacar que a Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal participa ativamente de diversos conselhos e grupos da Prefeitura, incluindo o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo (COMPAHC), o Conselho Municipal de Turismo de São Bernardo do Campo (COMTUR), o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano (CMDU) e o Sistema Municipal de Apoio à Defesa dos Mananciais e do Território (SMPROBIO).

6.4. Avaliação do Impacto Social Alcançado

Mediante relatórios gerados pelas unidades desta Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal, verifica-se um progresso consistente na busca pelas metas programadas no orçamento para o Programa 0017. Esforços significativos estão sendo feitos, inclusive com a elaboração e implantação de projetos que anteriormente estavam em fase licitatória. Essas iniciativas abrangem diversas áreas de atuação, refletindo o compromisso com a sustentabilidade e a proteção ambiental. A execução desses projetos não só demonstra a eficiência da equipe através das atividades realizadas pelas equipes técnicas, como também reforça o objetivo de promover um desenvolvimento ambientalmente responsável e sustentável no município.

7. Conclusão

As atividades de educação ambiental implantadas pela Secretaria de Meio Ambiente e Proteção Animal de São Bernardo do Campo têm sido extremamente positivas. A ampla participação e o feedback favorável dos participantes indicam que os objetivos de sensibilização e educação ambiental estão sendo alcançados com sucesso.

Buscar-se-á a continuidade e ampliação dessas atividades, visando engajar um número ainda maior de cidadãos e promover uma cultura de sustentabilidade no município, além de ampliação oportuna de programas e ações mormente visando o enfrentamento da emergência climática. Para isso já estão em estudo projetos para elaboração de Chamamento Público para fomento de agricultura sustentável na região conhecida como Pós Balsa para geração de renda e garantia de conservação da biodiversidade, elaboração de projeto para realização de inventário de GEE, elaboração de projeto para realização de censo de animais domésticos abandonados e domiciliados no município, bem como projeto para contratação de empresa para realização de atividades de educação ambiental e estímulo à percepção ambiental no Parque e no Zoológico do Estoril.